

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior

Ricardo Tadeu Barbosa

**GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRODUÇÃO ACADÊMICA:
o estado da arte da educação quilombola no período de 2013 a 2015**

Belo Horizonte

2019

Ricardo Tadeu Barbosa

**GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRODUÇÃO ACADÊMICA:
o estado da arte da educação quilombola no período de 2013 a 2015**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior.

Orientador: André de Carvalho Bandeira Mendes

Belo Horizonte

2019

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE EDUCAÇÃO Curso de Especialização Gestão de Instituições Federais de Educação Superior</p>	
---	--	---

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Candidato: Ricardo Tadeu Barbosa

Registro DRCA: 2017769287

CPF: 932.941.076-68

Orientador (a): Leonardo Antônio Soares

Às 10h00 horas do dia 23/06/2020, reuniu-se na Faculdade de Educação da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização Gestão de Instituições Federais de Educação Superior, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado “*GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRODUÇÃO ACADÊMICA: o estado da arte da educação quilombola no período de 2013 a 2015*”, requisito final para obtenção do grau de Especialista. Abrindo a sessão, a banca examinadora, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Após a apresentação do trabalho, seguiu-se o julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

André de Carvalho Bandeira Mendes indicou a:

APROVAÇÃO / APROVAÇÃO COM RESSALVA/ REPROVAÇÃO do candidato;

Pricila da Silva Cunha indicou a:

APROVAÇÃO / APROVAÇÃO COM RESSALVA/ REPROVAÇÃO do candidato;

Ricardo Viana Veloso indicou a:

APROVAÇÃO / APROVAÇÃO COM RESSALVA/ REPROVAÇÃO do candidato;

Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO / REPROVADO

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, a Comissão Examinadora encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2019



 André de Carvalho Bandeira Mendes



 Pricila da Silva Cunha



 Ricardo Viana Veloso

Dedico este trabalho às comunidades quilombolas de todo o país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, André de Carvalho Bandeira Mendes, pela orientação e pelo incentivo para que esse trabalho fosse concluído e apresentado.

Agradeço à Faculdade de Educação da UFMG, à coordenação do GIFES, a todos os docentes, aos tutores e a todos que tornaram o GIFES uma realidade. Nesse particular, deixo um abraço especial ao servidor Geanderson Soares de Carvalho e a todos/as colegas de curso.

Agradeço ainda ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), *Campus* Pirapora, pelo constante incentivo a formação de servidores, visando sempre o melhor atendimento da sua comunidade discente.

*Fogo!... Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!... Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
Que os vão cansar se continuarem queimando,
Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade
(Antônio Bispo dos Santos. 2015. p.45).*

RESUMO

O entendimento inequívoco de que a construção de identidades sociais e coletivas passa pelo conhecimento da própria História, não no sentido de resgatá-la idealisticamente, mas de fazê-la presente como referência cultural, é um dos pontos centrais deste estudo. Nessa perspectiva, dialogando especificamente com a organização e gestão de documentos produzidos pelas universidades, tanto públicas, quanto privadas, este trabalho mapeia o estado da arte dos trabalhos acadêmicos realizados entre os anos de 2013 e 2015 nos níveis de mestrado e doutorado que abordam a Educação Escolar Quilombola (EEQ), disponíveis no Banco de Teses da Capes. A escolha desse período se mostrou pertinente, pois se trata dos três anos subsequentes à implantação das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (DNCEEQ, 2012). Utilizou-se, enquanto recurso metodológico, as técnicas de interpretação de dados advindos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que favorecem uma visão polissêmica no tratamento dos dados levantados, através de inferências que vinculam o objeto de estudo às instâncias sociais a que os sujeitos estão inseridos. O suporte teórico desse estudo está fundamentado pelas categorias analíticas ligadas à esfera da política, do direito, dos movimentos sociais, das identidades e da cultura, perpassadas através de diálogos com os campos da História Social, da Antropologia, das Ciências Sociais e da Educação. Os resultados destacam o entendimento de que construção da identidade e corporeidade negras ainda não tem sido uma temática privilegiada pelo campo educacional e evidenciou que a EEQ é ainda um campo de disputas políticas que se efetiva de forma não linear, em meio a disputas de ideias e barreiras situacionais e institucionais que permeiam o trabalho realizado no cotidiano das escolas quilombolas, envolvendo a participação dos professores, dos quilombolas, de instâncias oficiais e da sociedade civil, destacando-se a necessidade de novas pesquisas acadêmicas e projetos de extensão/intervenção que envolvam a temática e os sujeitos quilombolas.

Palavras-Chave: Educação quilombola. Gestão de documentos. Relações étnico-raciais.

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Conselho de Educação Básica
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRQ's	Comunidades Remanescentes de Quilombos
DNCEEQ	Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola
EEQ	Educação Escolar Quilombola

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Trabalho estudados: divisão por ano de publicação.....	19
Gráfico 2: Instituições que realizaram as pesquisas entre 2013 e 2015.....	20
Gráfico 3: Distribuição dos trabalhos por tipo de Universidade.....	20
Gráfico 4: Número de dissertações e teses nas universidades.....	21
Gráfico 5: Distribuição dos trabalhos pelas regiões brasileiras.....	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Palavras-chave comuns a alguns trabalhos.....	22
---	----

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	10
2- REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1- Resistências e lutas históricas na construção do sujeito social quilombola ...	12
3- METODOLOGIA	16
4- RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
4.1 Análise dos dados de pesquisa em Educação Escolar Quilombola	18
4.2 Apontamentos e observações acerca dos dados de trabalhos pesquisados ..	23
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE A – LISTA DE TRABALHOS PESQUISADOS	31

1- INTRODUÇÃO

Contemporaneamente é experimentado um momento de incertezas e perdas de direitos, sendo possível constatar um movimento, em vários locais, de avanços no conservadorismo e de intolerância às diferenças, dos quais as Universidades não estão imunes (CHAUI, 2003). É importante compreender que a intolerância à diferença é construída a partir do julgamento acerca de práticas destoantes do que as classes dominantes consideram e impõem como a norma.

O contato com a história e com a cultura afro-brasileira se faz necessário a fim de garantir o debate na sociedade e a não aceitação destes retrocessos. Dessa forma, esse artigo propõe o levantamento de trabalhos escritos sobre Educação Quilombola e tornados públicos no catálogo de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹ nos primeiros anos após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola².

O debate sobre Educação Quilombola se mostra relevante em nossos tempos para a melhor compreensão, pela sociedade brasileira, acerca da sua formação e do seu percurso dentro de um contexto histórico. Para que o debate ocorra de maneira qualificada, as universidades têm um papel fundamental ao promover projetos de extensão como palestras, mesas e eventos. Também é tema de pesquisas acadêmicas em diversas áreas. Tais trabalhos têm a característica de terem seus dados disponíveis para a sociedade como um todo, evitando a endogenia e reprodução de práticas que podem se tornar comuns nas diversas Instituições (CHAUI, 2003).

A CAPES, orientada pela Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, e com o objetivo de acompanhar e avaliar os Programas de Pós-Graduação reconhecidos no país, divulga em seu portal na internet³ os arquivos com as pesquisas realizadas. São estudos em todas as áreas de conhecimento, servindo como uma biblioteca virtual que muito auxilia ao desenvolvimento de novas pesquisas. É importante

¹A Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006 (disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>), instituiu a divulgação digital de teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas por programas de pós-graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e reúne registros desde o ano de 1987 disponíveis em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

² Resolução nº 8, do Conselho Nacional de Educação (CNE) / Conselho de Educação Básica (CEB), de 20 de novembro de 2012, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) na Educação Básica.

³ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

destacar que os trabalhos produzidos por programas de pós-graduação são documentos das universidades e são geridos pela Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. A divulgação digital de teses e dissertações no catálogo da CAPES se encaixa na denominada gestão de documentos das universidades, pois passa a fazer parte do percurso desse arquivo produzido e divulgados por elas.

Dessa forma, este trabalho propõe realizar o levantamento na base de dados da CAPES de trabalhos acadêmicos já escritos sobre Educação Quilombola entre os anos de 2013 e 2015.

A pauta quilombola, em seus vários níveis, se tornou de suma importância no debate nacional sobre direitos, reparação histórica e cidadania. Seja por questões relacionadas à titulação e demarcação de terras quilombolas, como visa o artigo 68⁴ da ADCT, ou o artigo 216 da Constituição Federal, que constitui o tombamento dos sítios e documentos históricos quilombolas, ou mesmo no campo das políticas públicas, como é o caso do Programa Brasil Quilombola, que articula várias outras políticas públicas para implementação e efetivação de direitos quilombolas no país. Enfim, são diversas as articulações entre Estado e Sociedade Civil que colocam em pauta as Comunidades quilombolas como atores frente ao processo de democratização e cidadania brasileira.

Um ponto chave para se entender as lutas históricas das populações negras e quilombolas é a questão educacional. Pleiteada pelo movimento negro há anos, a educação era vista como uma forma de combate às desigualdades raciais, valorização da cultura e identidade negra e combate ao racismo, ou seja, na visão do movimento negro, a educação assumia aspectos centrais para reverter uma situação de alijamento de direitos e efetivação do gozo dos direitos sociais e civis.

Domingues (2008) assevera que a luta pelo direito à educação é um dos pontos centrais das reivindicações do movimento negro no Brasil, se caracterizando como uma das principais garantias institucionais de caráter afirmativo. De acordo

⁴ A Constituição Federal de 1988 inclui, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), a norma jurídica que estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Essa norma foi regulamentada pelo Decreto n. 4.887/2003, que revogou o Decreto n. 3.912/2001. A partir de então, diversas normas foram criadas com vistas a dar efetividade ao referido decreto.

com Siss (2003) a Lei 10.639/2003⁵, que é fruto dessa luta histórica, faz parte de um conjunto de movimentos de desconstrução de preconceitos raciais sustentados em princípios de pluralidade cultural e de respeito às diferenças. Para o autor, a incompletude da cidadania dos afro-brasileiros, quando comparada às mesmas necessidades e demandas da população “branca”, é evidenciada nos mecanismos de exclusão e de dominação simbólicos, muitas vezes concretos, que estão presentes no cotidiano de gerações de negros e negras historicamente discriminados. Combater a propagação de preconceitos raciais que obstaculizam oportunidades à população negra brasileira faz parte de um processo de reparação histórica à população negra no Brasil. O caráter afirmativo da Educação como mecanismo de resistência, situa a EEQ como um ator político em constante construção, o que permite às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's) a se auto reconhecerem como agentes sociais e históricos, dotados de valores culturais próprios, notadamente vinculados à cultura tradicional de matriz africana.

2- REVISÃO DE LITERATURA

2.1- Resistências e lutas históricas na construção do sujeito social quilombola

As demandas e pautas quilombolas, em suas variadas amplitudes e vieses, assumiram lugar de destaque na densidade que compôs o cenário da política nacional nos anos subsequentes à redemocratização do país (1985). Nesse viés, salienta-se que as lutas pontuais por questões que abarcam as contendas ligadas ao âmbito dos direitos sociais e das territorialidades nas comunidades tradicionais quilombolas, assim como, as cobranças por retratações históricas, acesso e permanências às políticas públicas, fomento e suscitação de mecanismos produtores de cidadania para esses grupos populacionais, passaram a estar no bojo das resistências e nos prélios organizativos das comunidades negras e quilombolas, rurais e urbanas no país afora.

⁵ A Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003; alterou a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". A Lei 11.645 de 10 de março de 2008; alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Destaca-se de antemão que o conceito de resistência adotado neste trabalho compreende a pluralidade da atuação e das ações dos movimentos sociais negros e quilombolas frente às lutas históricas pelas demandas específicas das comunidades remanescentes de quilombo. Nessa especificidade, assinala-se que o conceito de resistência tem passado por revisões que ultrapassam o aspecto monolítico do termo e, desta forma, oferecido dinamismo em relação às análises baseadas, puramente, na dicotomia simplista e causal contidas na ideia de “resistência *versus* a dominação”. Nesse alinhamento, busca-se atribuir ao conceito de resistência o silogismo de Ortner (1995), que vem ganhando espaço no âmbito das Ciências Sociais e na Antropologia, por incorporar ao conceito a dimensão cultural, fugindo dos exclusivismos derivados unicamente da relação “dominador *versus* dominado”⁶.

Ortner (1995) assevera que a concepção de resistência mais usual incorre no prejuízo de não atingir a profundidade dos conflitos internos demandados pelos grupos “subalternos”. Segundo a autora, a “resistência pode ser mais do que oposição [...] e deve revelar as ambivalências e as ambiguidades da resistência em si, que emergem das redes intrincadas de articulações e desarticulações que sempre existem entre dominante e dominado” (ORTNER, 1995, p. 190-191).

Acerca da historicidade do conceito de “quilombos”, Munanga e Gomes (2006) assinalam que os povos e populações que se aquilombaram nos territórios negros ancestrais, já foram denominados de “quilombolas, mocambeiros ou calhambolas”, havendo, inclusive, referências históricas de que esses usos semânticos se multiplicaram no Brasil oitocentista. Outras formas documentadas e utilizadas para se referir à ideia de quilombos nas Américas foram: “*cumbes*”, na Venezuela; “*palenques*”, em Cuba e Colômbia e “*marrons*”, nas Guianas, Estados Unidos e Jamaica (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 62).

Uma tendência conceitual acerca do conceito de quilombo ficou consagrada por uma determinada escola historiográfica, que dominou um vasto período

⁶ A autora considera que o significado dado ao termo “resistência”, até a década de 1970, manteve uma conotação dualista, pouco ambígua, embasado em dualismos simples (dominador *versus* dominado) e centrado nas relações institucionais de poder. A crítica lançada pela autora assenta na perspectiva da não existência de um único sujeito subordinado, mas por atores e subjetividades heterogêneas não compreendidas na complexidade própria da riqueza cultural e diversa dos grupos dominados. A autora considera imprescindível que o termo seja capaz de captar as “[...] intrincadas teias de articulações e desarticulações que sempre existem entre dominantes e dominados” (ORTNER, 1996, p. 299).

histórico, podendo, ainda, envolver e seduzir alguns/algumas pesquisadores/as contemporâneos. Nesse alinhavo, constata-se que tal concepção filosófica da história se apresenta enraizada secularmente no imaginário coletivo, se mantendo presente e preservada até hoje no “senso comum” e, vez por outra, engendrando currículos e materiais didáticos dos ensinos fundamental e médio, como imagens de localidades longínquas e equidistantes, escondidas na mata e constituídas por escravizados fugidos. Almeida (2002) demarca que esse tipo de concepção generalista acerca do termo [quilombo], como o primeiro conceito oficial utilizado ainda durante o período colonial, ao assinalar um escrito do Conselho Ultramarino datado de 1740, destinado ao monarca português da época. Relendo esse documento, o autor se deparou com a seguinte definição do termo de quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. De forma geral, os estudos que buscaram apresentar um arcabouço conceitual ao referido termo caminharam, quase que invariavelmente, na prerrogativa de apresentá-lo como um local de refúgio de negros e negras que, ao se debandaram de senzalas, se embrenharam em locais extremamente inóspitos, onde construíram seus espaços de sociabilidade e retiraram dos solos e das águas locais, parte considerável de suas subsistências.

Leite (2000), salienta que a força exercida pelas comunidades quilombolas e pelo Movimento Negro sob o Estado brasileiro nas últimas décadas, tem trazido significativos avanços na pauta de reivindicações para as populações remanescentes de quilombos. Para ela, as discussões travadas entre os grupos de militância antirracista, dentro e fora do Congresso Nacional, estão trazendo o quilombo para a cena do debate político, e reivindicado “uma dívida que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária” (LEITE, 2000, p. 339). O pensamento dessa autora é corroborado por Carril (2006), quando assinala que:

os parlamentares da Constituinte de 1988, pressionados pelos movimentos negros, criaram o Artigo 68 que produz o direito às terras, positivando um passado de luta, retornando para que esses grupos possam criar novos espaços políticos na sociedade brasileira. Essas conquistas apenas se tornaram possíveis pela materialização de sua história e cultura vinculadas ao território, no caso rural (CARRIL, 2006, p. 41).

Sobre a pujança dos movimentos quilombolas no século XXI, Leite (2010) considera que há o ressurgimento na cena política de formas insurgentes e extremamente combativas no âmbito da denúncia do prolongamento da ideologia do embranquecimento e da exclusão da população negra e afrodescendente do projeto modernização nacional. Acerca das lutas e conquistas dos movimentos negros e sobre a ressemantização do conceito de quilombo, a autora avalia que:

as reivindicações de organizações de movimentos negros e setores progressistas, como parte da própria reflexão sobre o Centenário da Abolição da Escravidão no País, levadas à Assembleia Constituinte de 1988, favoreceram a aprovação de dispositivos constitucionais concebidos como compensação e/ou reparação à opressão histórica sofrida. A ressemantização do termo “quilombo” pelos próprios movimentos sociais e como resultado de um longo processo de luta veio traduzir os princípios de liberdade e cidadania negados aos afrodescendentes, correspondendo, a cada um deles, os respectivos dispositivos legais. 1 - Quilombo como direito a terra, como suporte de residência e sustentabilidade há muito almejadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes. 2- Quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania, entendidas em suas várias dimensões. 3- Quilombo como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas (LEITE, 2010, p. 969-970).

Cabe o registro de que a perspectiva conceitual atual sobre os grupos sociais providos de ancestralidade negra, com tradição de vida, tradição e historicidade próprias, que através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) do texto constitucional de 1988, passaram a ser situados, juridicamente, como “remanescentes das comunidades de quilombos” ou de “quilombolas”. Esses grupos são constituídos, historicamente, no âmbito da resistência e na reelaboração cultural dos africanos e de seus descendentes em qualquer lugar e tempo em que se desenvolveu a escravização moderna.

Ainda numa perspectiva histórica, assinala-se que os quilombos representam um marco referencial das lutas sociais, políticas e organizacionais da vida dos povos que foram arrancados de suas terras originárias, se constituindo como fator de resistência ao escravismo na América e, sobretudo no Brasil. Em última instância, o movimento social quilombola se coloca frontalmente na luta e no enfrentamento à toda forma de opressão ao povo negro brasileiro. Essas resistências pensadas em conjunto, contribuíram significativamente para fazer ruir o sistema escravista brasileiro. Gomes (2005), considera que formação de quilombos uma forma eminentemente subversiva e carregada de uma sagaz resistência, forjando

quilombos e quilombolas a modificarem e serem modificados pelo próprio sistema escravista. Leite (2010, p. 965) entende que os quilombos representaram “um marco da luta contra a dominação colonial e de todas as lutas dos negros que se seguiram após a quebra desses laços institucionais” (LEITE, 2010, p. 965).

3- METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica é uma entre as diversas formas de se fazer ciência e produzir conhecimento. A opção pelo levantamento bibliográfico de trabalhos acadêmicos sobre Educação Escolar Quilombola publicados no banco de teses da Capes se dá, entre outros motivos, pela possibilidade de dar um destaque a esse tema que é parte importante do debate sobre Educação em nosso país, além de ampliar o conhecimento acerca da legislação sobre gestão de arquivos ao realizar o estudo. De acordo com Pizzani et al (2012):

Nesse esforço de descobrir o que já foi produzido cientificamente em uma determinada área do conhecimento, é que a pesquisa bibliográfica assume importância fundamental, impulsionando o aprendizado, o amadurecimento, os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento.

Ferreira (2002), ao falar especificamente sobre as pesquisas do tipo “estado do conhecimento”, afirma que:

[...] definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2022, p.258).

O percurso de uma pesquisa bibliográfica é definido por Piazzini et al (2012) e envolve um processo que vai desde a escolha do tema até a redação do trabalho passando pela escolha das fontes. As fontes, neste levantamento, são trabalhos

acadêmicos publicadas no banco de teses da CAPES acerca do tema delimitado. A escolha da amostra se restringiu, conforme a metodologia escolhida e os fins propostos, a análise dos resumos de teses e dissertações escritas e publicadas no catálogo de teses da CAPES entre os anos de 2013 e 2015.

Ferreira (2002) discorre sobre a questão das fontes documentais e relata que as universidades têm sido alvo frequente de questionamentos quanto as suas pesquisas. Sobre os critérios da produtividade, qualidade e quantidade da produção acadêmica, assim como o que se produz, como se produz e para quê ou para quem se produz, Marilena Chauí (1999) assinala que:

[...] 'qualidade' é definida como competência e excelência cujo critério é o atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social; e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. (...) Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga o que se produz, como se produz, para quem se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade. (CHAUÍ, 1999, p. 6).

Dessa forma, a opção pelo trabalho com o banco de teses da CAPES se justifica para poder tornar mais claro à sociedade a produção acadêmica, nos níveis de mestrado e de doutorado, entre os anos de 2013 e 2015 sobre Educação Quilombola em nosso país.

Como planejado no percurso inicial do trabalho foi realizada uma busca inicial pelos dados a serem avaliados, com o termo descritor "*Educação Quilombola*" no banco de teses da CAPES, sendo reportadas 167.129 produções. Alguns filtros foram aplicados, alterando a grande área de conhecimento para Ciências Humanas, além da área de conhecimento, área de avaliação, área de concentração e nome do programa para "Educação", chegando a 13.097 trabalhos. Um novo filtro foi aplicado, focando em Universidades Públicas do Estado de Minas Gerais, com o retorno de 1.201 trabalhos. Não obstante, um novo filtro foi aplicado, dessa vez, em relação ao ano de publicação, fechando entre 2016 e 2018, sendo encontradas 332 dissertações e 225 teses.

Ocorre que ao utilizar o descritor "*Educação Quilombola*", a busca se tornou muito ampla, sendo inviável analisar tantos trabalhos dentro do prazo limitado que dispomos. Assim, optou-se por utilizar apenas o descritor "*Quilombola*", quando limitando a amostra a 1.442 trabalhos.

Os filtros para fechar nas Ciências Humanas, mais precisamente, no termo “Educação”, foram aplicados da mesma forma citada anteriormente, com o retorno de 61 trabalhos. Um último filtro foi aplicado, dessa vez, em relação ao ano de publicação, com estes escolhidos por conveniência e atendendo à questão inicial. Este último demarcou os anos de 2013, 2014 e 2015, que são os três anos seguintes à publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Assim a amostra final para análise foi de 27 trabalhos, constantes no Apêndice A, sendo 19 dissertações e 8 teses, que se constituíram como o foco deste breve estudo. Isto posto, é relevante apontar que trabalho focou nos três primeiros anos após a publicação das Diretrizes sendo relevante para apresentar uma outra perspectiva das pesquisas em Educação a partir do reconhecimento das práticas e ações pedagógicas em escolas localizadas em/ou que atendam estudantes oriundos de territórios quilombolas.

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise dos dados de pesquisa em Educação Escolar Quilombola

Ao analisar pesquisas sobre o “estado do conhecimento” em relações étnico-raciais Müller (2015, p. 170 - 171) aponta que:

[...] os estudos desenvolvidos nas instituições de pesquisa, centros ou universidades são fundamentais para a formação de novas/os pesquisadoras/es e docentes, tendo em vista as reflexões decorrentes do cotidiano, da realidade, dos fatos sócio-históricos e que podem ter como consequência um imediato impacto nas políticas públicas, e, no caso específico das relações étnico-raciais, a avaliação das práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições escolares, nos processos de formação docente e na implementação de ações afirmativas.

A autora vai além, ao afirmar que:

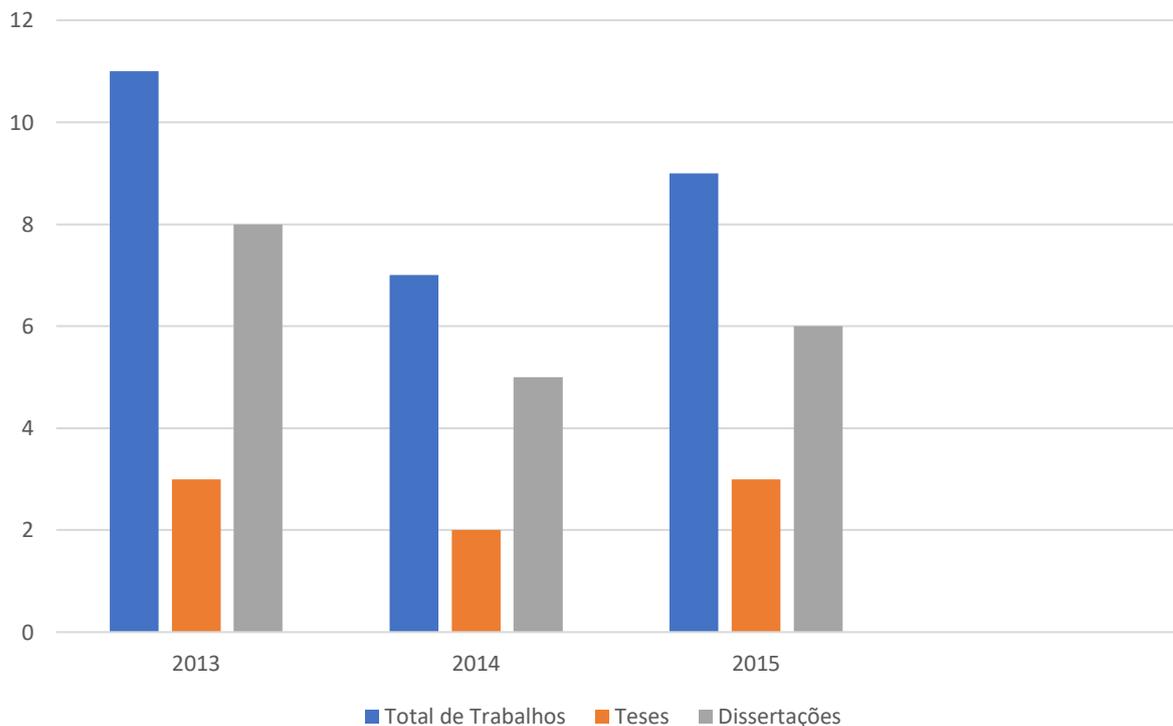
[...] as investigações realizadas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no país são basilares para a observação de temas, enfoques e, por que não dizer, prioridades e preocupações acadêmicas e sociais, consideradas relevantes à sociedade. Seus resultados e análises consolidados podem ser prementes e propulsores para apontar caminhos na superação de inúmeros problemas vivenciados no cotidiano da escola e na implantação e implementação de políticas de Estado, particularmente por termos o racismo mais fortemente explicitado e institucionalizado (idem).

Estruturada assim a coleta de dados, a partir de passos como: seleção e organização do material, além de um agrupamento quantitativo e qualitativo de dados e termos, podem ser realizada a criação de gráficos e tabelas para melhor controle do estudo.

Entre os dias 09 e 13 de junho de 2019 teve início o processo de seleção e organização das teses e dissertações que seriam objeto do estudo com os seguintes números:

Como já afirmado, optou-se por investigar trabalhos concluídos nos três anos que seguiram à publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola. O primeiro ano após a publicação do referido documento revelou o maior número de trabalhos relacionados ao descritor “Quilombo”, mas não há como considerar que isso seja efeito dele. Os anos de 2014 e 2015 apresentam um relativo equilíbrio em termos numéricos. Há um número maior de dissertações de mestrado do que teses de doutorado, fator que pode ser compreendido por essas últimas constituírem o resultado de pesquisas mais longas e de cursos com menor número de vagas nas instituições em geral, conforme pode se observa no Gráfico 1.

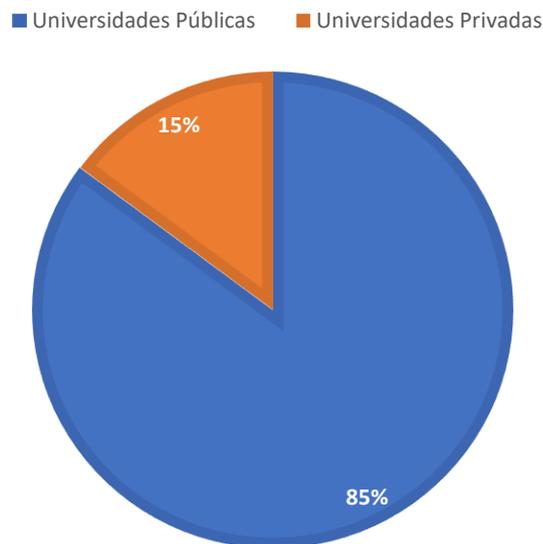
GRÁFICO 1 - Trabalhos estudados: divisão por ano de publicação



Fonte: Dados de Pesquisa, elaborado pelo autor, 2019.

Como pode ser visto no Gráfico 2, dos 27 trabalhos investigados, 23 são frutos de pesquisa em Universidades públicas. Trata-se de um dado importante, principalmente nesse momento em que é marcante a contestação do valor das universidades públicas por determinados grupos sociais comprometidos com a manutenção de privilégios de ordens econômicas, históricas e de cor.

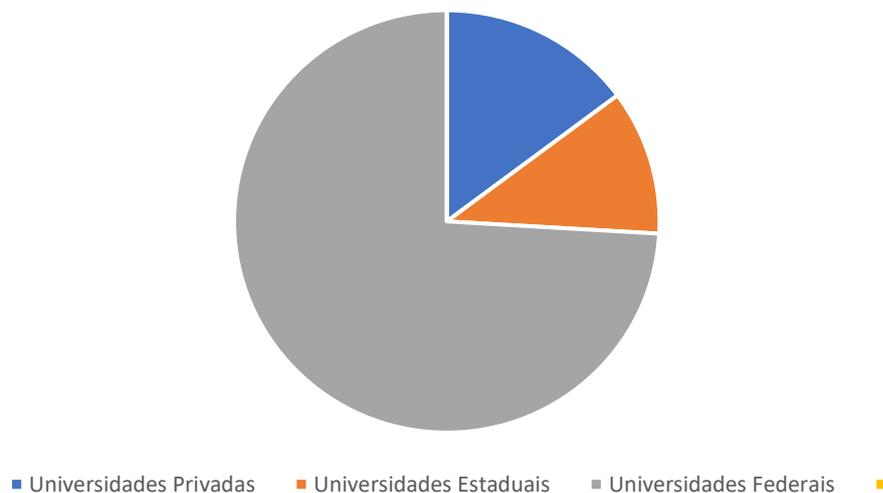
GRÁFICO 2 - Instituições que realizaram as pesquisas entre os anos de 2013 e 2015



Fonte: Dados de Pesquisa, elaborado pelo autor, 2019.

Ainda neste tema, foi feita uma análise minuciosa, exposta no Gráfico 3, em que fica nítido que as universidades federais produziram a maioria das pesquisas.

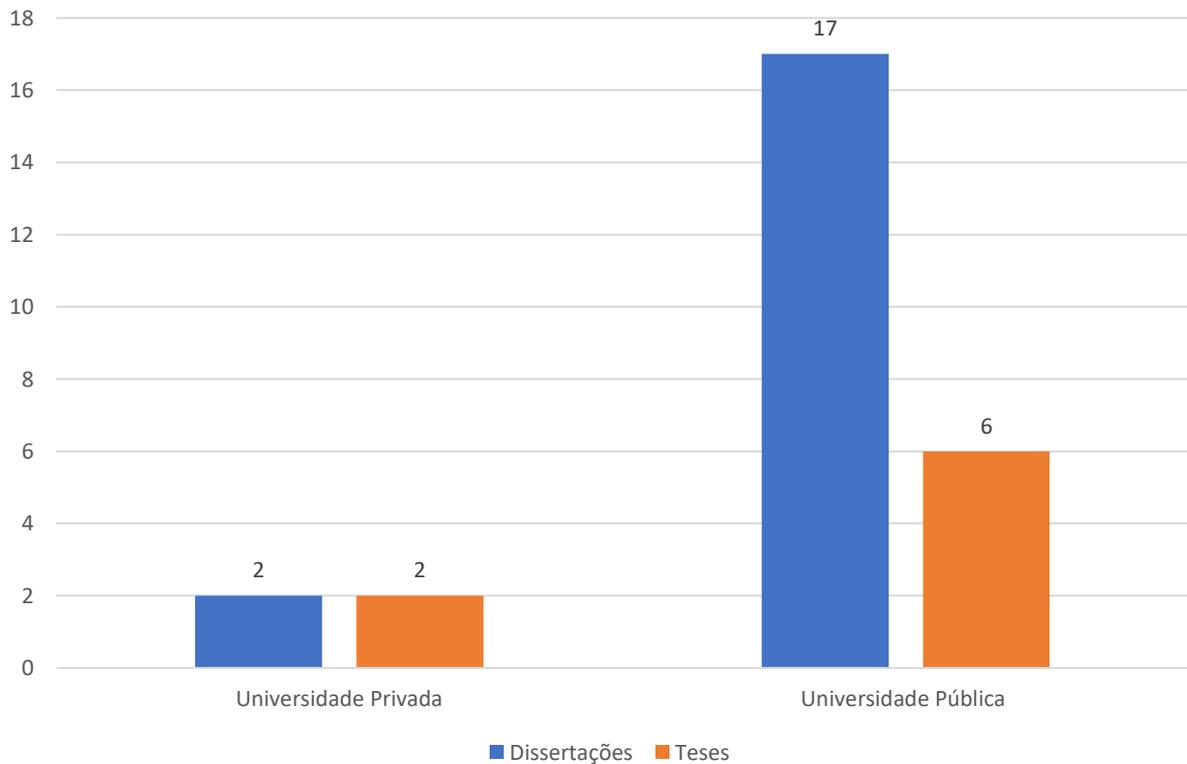
GRÁFICO 3 - Distribuição dos trabalhos por tipo de Universidade



Fonte: Dados de Pesquisa, elaborado pelo autor, 2019.

Outro aspecto importante foi a análise se os trabalhos envolvem estudos de Mestrado ou Doutorado. Os números se apresentaram em equilíbrio perfeito quando vistas as publicações das instituições privadas, com duas dissertações de mestrado e duas de doutorado, como pode ser visto no Gráfico 4. Em relação aos trabalhos das universidades públicas nota-se que quase 25% dos trabalhos são teses de doutorado, por motivos já apresentados no Gráfico 1.

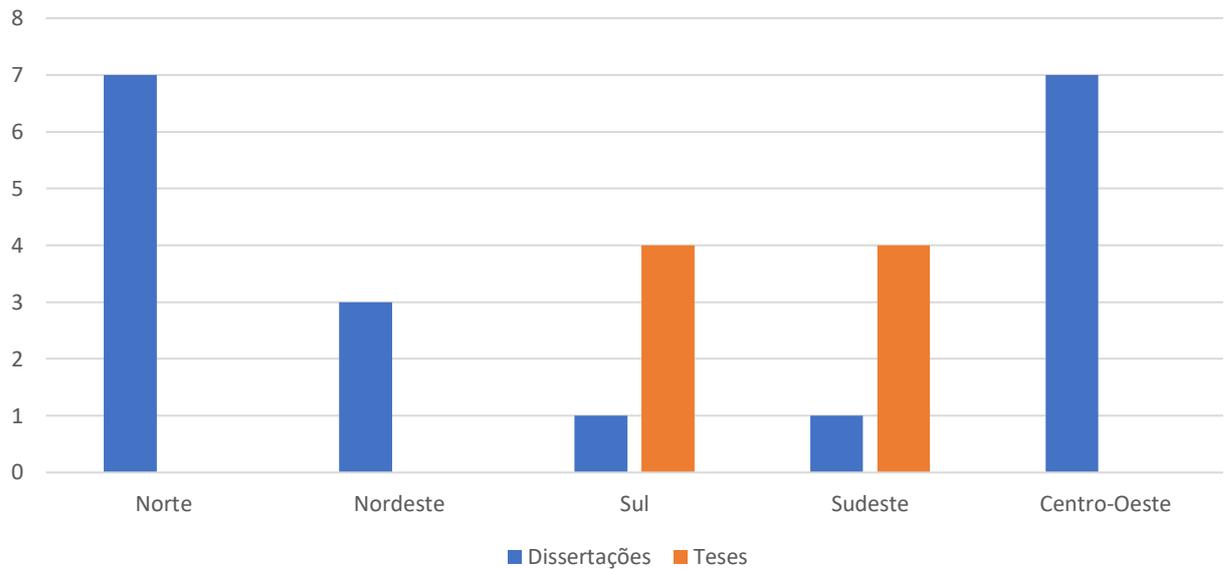
GRÁFICO 4 - Número de dissertações e teses nas universidades



Fonte: Dados de Pesquisa, elaborado pelo autor, 2019.

Ao ser analisada a distribuição dos trabalhos pelas regiões do Brasil, alguns pontos chamaram a atenção. No Gráfico 5 é possível notar, em primeiro lugar, a maior concentração de trabalhos nas regiões Norte e Centro-Oeste e o menor número de trabalhos realizados por instituições do Nordeste. Outro aspecto é a realização de todas as pesquisas doutorais sobre o assunto concentradas nas regiões Sul e Sudeste. Em relação ao Sudeste, é observado que não há nenhuma pesquisa de instituição do Estado de Minas Gerais nesses anos seguintes à publicação das Diretrizes.

Gráfico 5
Distribuição dos Trabalhos pelas regiões brasileiras



Fonte: Dados de pesquisa, elaborado pelo autor, 2019.

Em relação às palavras-chave, são identificadas 86 palavras-chave diferentes nos 27 trabalhos investigados. Dessas 86, apenas nove são comuns em alguns trabalhos, aparecendo mais de uma vez. Na Tabela 1 são registradas tais palavras:

TABELA 1: Palavras-chave comuns a alguns trabalhos

PALAVRA-CHAVE	NÚMERO DE REPETIÇÕES
EDUCAÇÃO	7
SABERES	3
BRINCADEIRAS	2
QUILOMBO	2
EDUCAÇÃO DO CAMPO	2
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	2
TERRITÓRIO	2
IDENTIDADE	2
IDENTIDADE QUILOMBOLA	2
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	2

Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Nos resumos dos trabalhos investigados algumas palavras-chave foram citadas apenas uma vez, mas elas são muito próximas de outras, igualmente citadas apenas uma vez. Por exemplo, em um trabalho o termo “Diversidade” e em outro o termo “Diversidades”, no plural, e um trabalho utilizou o termo “Educação e Diversidade”. O termo “Saberes”, conforme a tabela 1, é citado por três trabalhos diferentes, mas é encontrado também, em outros trabalhos, “Saberes Culturais”, “Saberes Locais” e “Saberes do Trabalho”. A tabela 1 mostra os termos “Identidade” e “Identidade Quilombola”, mas os termos “Identidade Negra” e “Identidade Étnico-Cultural” são utilizados por outros trabalhos. Em relação à palavra-chave “Educação”, o mais utilizado, segundo a tabela 1, surgem também os termos “Educação Política”, “Educação Física”, “Educação Escolar”, “Educação Quilombola”, “Educação Infantil”, “Educação Ambiental”, além do já citado “Educação e Diversidade”.

Após esse trabalho inicial de separar dados quantitativos dos resumos dos trabalhos investigados, segue a segunda etapa do percurso, que é o de analisar os resumos e avaliar alguns aspectos que permitam atingir os objetivos propostos. Esta análise que tratada a seguir.

4.2 Apontamentos e observações acerca dos dados de trabalhos pesquisados

Conforme já descrito foram analisados 27 resumos de dissertações e teses publicadas entre os anos de 2013 e 2015 no banco de teses da Capes e notado que muitos trabalhos dialogam entre si, pois seus temas estão ligados à questão dos saberes, narrativas e memórias, com foco na oralidade, como os trabalhos de Américo (2015), Cuimar (2013), Maulin (2013), Nascimento (2014), Oliveira (2014) e Sousa (2015).

A questão do território, da defesa da terra, é outro aspecto importante e recorrente, e que dialoga com a questão da identidade. Tais aspectos são percebidos nos trabalhos de Anacleto (2015), Ferreira (2015), Lopes (2013), Machado (2014), Nascimento (2013) e Silva (2015). Compreende-se aqui a importância de realizar um etnomapeamento, visto que cada um vê o território de uma forma. Para as crianças, ele tem um significado; para as mulheres, para os homens jovens e adultos, para os idosos, ele possui outros.

Alguns trabalhos tratam especificamente da questão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como os de Correia (2013) e Cunha (2014) e pode ser compreendido que isso não é coincidência, pois o acesso à escola foi dificultado no período da infância devido a dificuldades enfrentadas de acesso e permanência na escola. Trabalhos que citam a questão das cotas raciais, como o de Barreto (2015), podem dialogar com esses últimos aqui citados, pois as ações afirmativas são uma forma de buscar a eliminação das desigualdades, garantindo uma forma de compensar as dificuldades históricas resultantes da discriminação e do preconceito.

Chama a atenção o tema da Pedagogia da Alternância aparecer em mais de um trabalho. A Pedagogia da Alternância, que surgiu na França a partir de um grupo de agricultores que considerava que a educação escolar de seu país não atendia às necessidades dos jovens do campo na promoção do desenvolvimento social e econômico da região com a ideia de permitir que os alunos conciliassem os estudos e o trabalho com a terra, acaba por tornar-se uma modalidade de ensino interessante para povos tradicionais em nosso país, mas criticada em sua forma de aplicação, nos trabalhos estudados. Com disciplinas escolares básicas aliadas às experiências concretas dos educandos, esses alunos passariam períodos na escola, onde seriam orientados, alternando com dias seguidos em casa, com a família, que se responsabilizaria pelo acompanhamento das atividades dos filhos. Mas problemas referentes a essa modalidade aparecem nos trabalhos de Santos (2013) e Machado (2014), que apontam equívocos como, por exemplo, a não formação dos professores para atuarem nessa modalidade.

Outro aspecto que chama a atenção é o pequeno número de trabalhos que citam explicitamente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Entre todos os trabalhos investigados, apenas Lopes (2013) e Silva (2013) citam o referido documento, que foi usado como delimitador do período de nosso estudo.

Ainda sobre o tema Educação, especificamente, e seu diálogo com o cotidiano das escolas e processos educativos, são vistos nos trabalhos de Costa (2015), Nunes (2013), Paula (2014), Santos (2014) e Santos (2013) debates que enriquecem a proposta de educação antirracista. A questão do feminino é tratada por Nunes (2013) e Santos (2015) a partir da percepção de gênero e escolarização em quilombos.

Finalmente, a Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, é citada explicitamente apenas no trabalho de Correia (2013) que consiste em uma dissertação de mestrado que trata sobre a articulação entre as relações étnico-raciais e a educação de jovens e adultos no site do Ministério da Educação.

A Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de 2012, definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Essas Diretrizes orientam os sistemas de ensino no processo de implementação da Educação Escolar Quilombola (EEQ), estabelecendo bases para a formação inicial e continuada de professores que atuam na educação básica, em escolas dentro das comunidades ou que atendam às crianças e adolescentes quilombolas.

Nesse sentido, a educação escolar quilombola se coloca como um processo em construção, cabendo destacar que nesse processo coexistem variadas rupturas e permanências, avanços e recuos, sejam por partes dos/as discentes, dos/as responsáveis pelos/as estudantes, dos/as funcionários/as e dos/as professores/as. Nesse viés de complexidade, Silva (2012), traz à cena as características intrínsecas à EEQ, pois se trata de uma concepção diferenciada de Educação, na medida em que:

[...] estão ligadas não só ao fazer em sala de aula, mas, sobretudo, à forma como a proposta de educação se constitui e se relaciona com as lutas, anseios e perspectivas existentes no território. Uma educação que possa absorver as dinâmicas, as práticas e saberes constituídos coletivamente pela comunidade de Conceição das Crioulas. Esse é nosso ponto de partida para as nossas reflexões que aqui iniciamos e aprofundaremos por meio dos dados coletados em campo (SILVA, 2012, p. 110).

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão (2007), ninguém está sujeito a escapar da educação, em vários ambientes da nossa vida cotidiana e que de algum modo todos nos envolvemos com ela, seja para aprender, ensinar, para aprender e ensinar, para fazer, para ser ou para conviver. Assim, a educação é um amplo processo que se realiza em diversos espaços sociais, na família, na comunidade, no trabalho, nas ações coletivas, nos grupos culturais, nos movimentos sociais, na escola e nos mais variados espaços de interatividade humana (GOMES, 2003). Dessa forma a Educação Escolar Quilombola se faz em articulação com cultura escolar, que segundo Dominique Julia (2001) se insere dentro de uma abordagem histórica, sendo uma mescla de normas e práticas, aquelas “que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar (...) que permite a transmissão

desses conhecimentos e a incorporação de comportamentos” (2001, p. 2). Além dos pontos colocados acima, os saberes formais, e as várias formas de conhecimento informal e não formal, que permeiam as relações entre sujeitos nas comunidades quilombolas, compõem as atribuições da construção e efetivação da Educação Escolar Quilombola.

O cenário da Educação Escolar Quilombola no Brasil está longe de ser ideal, alguns dados são claros ao mostrar isso. De acordo com Carril (2017), no Brasil existem 13.196 funções docentes na educação básica, atuando em áreas quilombolas, com a concentração de 63,4% na região Nordeste. Em geral, pouco mais de 50% dos professores que atuam nessa modalidade, no país, têm vínculo efetivo. Dos professores, 48,3% apresentam formação em nível superior, mas há ainda uma quantidade considerável que possui apenas o ensino fundamental, médio e até o fundamental incompleto. Nesse sentido, percebe-se a insuficiência da formação dos professores na área rural, onde estão mais de 90% dos estabelecimentos escolares quilombolas. (CARRIL, 2017).

No contexto de Minas Gerais, as condições de funcionamento das escolas quilombolas, conforme dados analisados por Miranda (2012), mostram precariedade no atendimento aos estudantes. De acordo com a autora, o atendimento escolar em áreas remanescentes de quilombos sinaliza um total de 140 escolas, entre estaduais, municipais e privadas. A estrutura física da maioria das escolas é precária, existindo escolas que funcionam ao ar livre ou em prédios adaptados. Muito comumente estudantes das comunidades remanescentes de quilombos frequentam escolas em outras comunidades, povoados e sede de municípios, e esse descolamento, na maioria dos casos, é realizado a pé, sendo que em algumas comunidades a distância em relação à escola ultrapassa 20 quilômetros, percorridos diariamente, num trajeto de ida e volta. Nos casos de transporte escolar, a condição dos veículos é arriscada, com superlotação e desgaste de lataria, pneus e motor. (MIRANDA, 2012).

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Escolar Quilombola se insere dentro de um movimento amplo da população negra em suas reivindicações pelo direito a educação, e seu primeiro objetivo é a superação do racismo, a reeducação das relações étnico-raciais e a valorização da herança cultural negra e quilombola, bem como dos diferentes povos que constituem o país, como já explicado.

Os desafios de construir uma proposta de EEQ envolvem repensar o currículo, a formação docente e a gestão escolar. Trata-se de um processo em construção, que vem se desenvolvendo a partir de diálogos entre o Poder Público, a sociedade civil e seus sujeitos mais importantes, os quilombolas e os professores/as e as gestoras/es. Nesse horizonte, a Educação Quilombola pensada dentro e fora dos limites dos muros escolares, se coloca como um mecanismo de emancipação de sujeitos conscientes de seus direitos sociais e políticos, propiciando que se estabeleçam relações de resistências coletivas e de aprofundamento dos laços de pertencimento comunitário quilombola.

A perscrutação do presente objeto deste estudo estabelece a necessidade de construção de políticas públicas de Educação voltadas às comunidades quilombolas brasileiras, na prerrogativa do reconhecimento e da compensação da inegável invisibilidade atribuída historicamente às comunidades remanescentes de quilombos, principalmente, no que diz respeito aos direitos sociais e coletivos. Sem a materialização de políticas públicas, capazes de eliminar as diversas discrepâncias estruturadas secularmente nos âmbitos da escolarização, da saúde, da alimentação, do lazer, do trabalho, da moradia adequada, da legislação fundiária que garanta os direitos à titulação e a permanência nos territórios ancestrais, a vida prática dos sujeitos quilombolas não será traduzida em expressões plenas de cidadania.

Durante a perquirição do corpus analítico que fundamenta este estudo ficou evidenciado que, embora a EEQ seja uma categoria em permanente construção, se trata de uma complexa novidade no campo da educação no país, que assume, desde já, o debate contra hegemônico em relação à educação tradicional e assume a centralidade da perspectiva da educação popular, decolonial e intercultural, comprometida com o princípio do direito às aprendizagens significativas, com a emancipação popular quilombola, com a superação das desigualdades raciais e com a luta antirracista no país.

A EEQ é um processo em construção que deve envolver os/as professores/as, os/as gestores/as, o município e os Estados, e os seus sujeitos mais importantes, os quilombolas, além disso, esta modalidade de educação envolve repensar o currículo, a formação docente e a gestão escolar, ou seja, é um grande desafio construir e efetivar essa modalidade de educação. Assim se faz necessário repensar o fazer e analisar o conhecimento disponível, em um processo de meta-análise.

Contudo, os problemas e desafios encontrados na educação escolar quilombola devem servir de estímulo para sua efetivação e as ações de valorização cultural, identitária e dos saberes quilombolas aliados aos saberes docentes se constituem como parte importante nesse processo, pois, como uma construção a educação escolar quilombola se faz por meios de ações dentro do cotidiano escolar e que aproxime quilombolas e professores.

Finalmente, é notado que produções que analisam o “estado do conhecimento” de determinada contingência, podem servir como mecanismo precioso para que novos estudos se ancorem e que novas propostas de pesquisas possam decorrer desse tipo de instrumento de análise. Além disso, a gestão desses documentos produzidos pelas universidades brasileiras tem se mostrado eficaz. É primordial que a sociedade tenha acesso aos trabalhos das universidades por vários motivos, destacando que o conhecimento produzido precisa ser partilhado, e que ao ter contato com esses estudos haja um entendimento do papel das universidades e suas pesquisas para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-81.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- BRASIL. **Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", 2003.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola: algumas informações**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação-2012.
- BRASIL. **Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em 15 set. 2019.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação** v. 22 n. 69, p. 539-564, abr.-jun. 2017.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. 1a. ed. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Revista da ADUNICAMP**, Campinas, ano 1, nº 1, jun. 1999.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.
- DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n.39, p. 517-534, set/dez.2008.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: um breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun, 2003.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, p. 9-44, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**. ALMEIDA, Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**. Centro de Estudos de Antropologia Social, v. 4, n. 2, Lisboa, 2000.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: Entre Ausências e Emergências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50, p. 360-383, maio-ago. 2012.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. As pesquisas sobre o "estado do conhecimento" em relações étnico-raciais. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 62, p. 164-183, dez. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742015000300164&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2019.

MUNANGA, Kabengele; GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.

ORTNER, Sherry B. Resistance and the problem of ethnographic refusal. In: **Comparative Studies in Society and History**. 37(1):173-93. 1995.

PIZZANI, L., Silva et al (2012). A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação**, 10(2), 53-66. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1896>

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI; FCP, 2013.

SILVA, Givânia Maria da. **A Proposta de Educação do território quilombola de Conceição das Crioulas**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília (UNB). Faculdade de Educação, 2012.

SILVA, Jairza Fernandes Rocha da. **Deslocamentos identitários de gênero e raça de professoras negras na Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas**. Niterói: Penesb, 2003.

APÊNDICE A – LISTA DE TRABALHOS PESQUISADOS

AMÉRICO, Márcia Cristina. **Ivapurunduva e macuanda: estudo etnográfico sobre educação, trabalho e modos de sociabilidade.** Doutorado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP. Biblioteca Depositária: Biblioteca "Campus " Taquaral. 2015.

ANACLETO, Marcia Lucia. **“Ser quilombola”: território, identidade e educação na cultura infantil.** Doutorado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNICAMP. 2015.

BARRETO, Kelly Coelho Costa. **As cotas nos cursos de licenciatura presenciais da Universidade Federal de Goiás: a questão do reconhecimento.** Mestrado em Educação. Universidade de Brasília, Brasília, DF. Biblioteca Depositária: BCE UnB, 2016.

CORREIA, Rosimara Silva. **Articulação entre questões étnicas e raciais: a Educação de pessoas jovens e adultas em propostas pedagógicas difundidas pelo site do Ministério da Educação.** Mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2013.

COSTA, Alisson Silva da. **Educar na tradição: diálogos com a comunidade quilombola Mesquita.** Mestrado em Educação. Universidade de Brasília. Brasília, DF. Biblioteca Depositária: BCE UnB, 2015.

CUIMAR, Raimunda Martins. **Saberes e práticas culturais de agricultores familiares da Amazônia paraense frente à lógica da monocultura do dendê.** Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CUNHA, Meire Cristina. **Educação política e as TIC nos fóruns de EJA do Brasil: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal e de Goiás.** Mestrado em Educação. Universidade de Brasília, Brasília, DF, UnB, 2014.

ETO, Jorge. **Desconstruindo o futebol e a erotização da dança: uma experiência na educação física da escola do campo no Mata Cavallo.** Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: FEUSP, 2015.

FERREIRA, Augusta Eulália. **Educação Escolar Quilombola: uma perspectiva identitária a partir da Escola Estadual Maria de Arruda Muller.** Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação - IE e Biblioteca Central da UFMT. 2015.

GUERINO, Mariana de Fátima. **O movimento dos saberes na produção da vida na comunidade Quilombola Campina de Pedra.** Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação - IE e Biblioteca Central / UFMT, 2013.

LOPES, Dilmar Luiz. **Rodas de Conversa e Educação Escolar Quilombola: Arte do Falar Saber Fazer: O Programa Brasil Quilombola em Restinga Seca/RS.** Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Biblioteca Depositária: CENTRAL UFRGS, 2013.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento. **Nem parece que tem quilombola aqui: (in) visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do Território Quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto.** Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, Biblioteca Depositária: undefined, 2014.

MAULIN, Gilfredo Carrasco. **Lugares e tempos em narrativas de uma Educação Ambiental Pós-Colonial no Sítio dos Crioulos Jerônimo Monteiro.** Doutorado em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. Biblioteca Depositária: Biblioteca da UFES, 2013.

NASCIMENTO, Ana Cristina do. **Da escola do quilombo à escola do quilombo: a identidade quilombola na Escola Municipal Etelvina Amália de Siqueira Alves (Amparo de São Francisco-SE, 2011-2012).** Mestrado em Educação. Universidade Tiradentes, Aracaju, SE. Biblioteca Depositária: UNIT, 2013.

NASCIMENTO, Shirley Silva do. **Saberes, brinquedo e brincadeiras: vivências lúdicas de crianças de comunidades quilombolas Campo Verde/PA.** Mestrado em Educação. Universidade do Estado do Pará, Belém, PA. Biblioteca Depositária: Paulo Freire, 2014.

NUNES, Ranchimit Batista. **Educação, gênero e afrodescendência: a educação escolar e a organização de mulheres quilombolas em Brejão dos Aipins.** Mestrado em Educação. Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina. Biblioteca Depositária: Jornalista Carlos Castelo Branco, 2013.

OLIVEIRA, Heron Lisboa de. **Comunidades remanescentes dos quilombos de Arvinha e Mormaça: processos educativos na manutenção e recuperação dos territórios.** Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. Biblioteca Depositária: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2014.

PAULA, Elaine de. **Vem brincar na rua! entre o quilombo e a Educação infantil: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças, quilombolas no entremeio desses contextos.** Doutorado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

PEREIRA, Ricardo Augusto Gomes. **Juventude do campo e quilombola: educação e identidade cultural na comunidade quilombola de Itaboca, Inhamgapi-PA.** Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, PA. Biblioteca Depositária: Elcy Rodrigues Lacerda, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações.** Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI: Brasília, 2015.

SANTOS, Edinei Carvalho dos. **Práticas e eventos de letramento em uma comunidade remanescente de quilombolas: Mesquita**. Mestrado em Educação. Universidade de Brasília, Brasília, DF. Biblioteca Depositária: BCE UnB, 2014.

SANTOS, Elizete Gonçalves dos. **Labirintos de gêneros e ambiente: diálogos com jovens da comunidade quilombola de Mata Cavalo**. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central / IE / UFMT, 2015.

SANTOS, Manuela Tavares. **A pedagogia da alternância na integração de saberes no PROEJA quilombola no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Castanhal**. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, PA. Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DO ICED, 2013.

SANTOS, Mildon Carlos Calixto dos. **O cotidiano escolar da EMMGR – Serra da Guia, Poço Redondo, Sergipe (comunidade quilombola)**. Mestrado em Educação. Universidade Tiradentes, Aracaju, SE. Biblioteca Depositária: UNIT, 2013.

SILVA, Luciane Teixeira da. **Educação escolar e identidade quilombola: um enfoque na comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, município de Abaetetuba, estado do Pará**. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, PA. Biblioteca Depositária: undefined, 2015.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Contornos Pedagógicos de uma Educação Antirracista**. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Biblioteca Depositária: central da UFRGS, 2013.

SOUSA, Márcio Barrada. **Saberes e práticas educativas de uma curadora da Amazônia**. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém. Biblioteca Depositária: Paulo Freire, 2015.

SOUTO, Elize de Matos. **Institucionalização escolar e empreendedorismo: efeitos da governamentalidade neoliberal na sujeição do aluno a EJA**. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. RS. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM, 2014.